

Determinantes da Distribuição da Igualdade de Gênero entre os Estados Brasileiros

Ieda Rodrigues Matavelli
Adriana Bruscato Botoluzzo
Regina Madalozzo

Determinantes da Distribuição da Igualdade de Gênero entre os Estados Brasileiros

Ieda Rodrigues Matavelli
Adriana Bruscatto Botoluzzo
Regina Madalozzo

1. Introdução

De acordo com o Fundo De População das Nações Unidas (UNFPA, na sigla em inglês), o avanço dos direitos das mulheres contribui positivamente para a saúde e produtividade das famílias e comunidades, além de beneficiar as gerações futuras. Investir em políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da mulher é racional do ponto de vista econômico e vital para elevar o bem-estar social. Segundo dados do Banco Mundial, recursos administrados por mulheres aumentam os gastos em áreas que beneficiam as crianças, além de que um ano a mais de escolaridade para garotas pode aumentar a sua renda futura de 10% a 20%. Apesar de um significativo avanço nos últimos anos, muitas mulheres ainda não possuem igualdade de direitos de liberdade e de oportunidades com relação aos homens, enfrentando grande discriminação na sociedade como um todo, no mercado de trabalho (Weichselbaumer e Winter-Ebmer, 2005) e na educação, o que retarda o desenvolvimento econômico (Knowles, Lorgelly e Owen, 2002).

No contexto brasileiro, houve um avanço recente no sentido de promover a igualdade entre os sexos. O país passou da 85ª posição em 2010 para a 71ª em 2014 num total de 142 países no ranking por nível de equidade de gênero desenvolvido pelo Fórum Econômico Mundial. Ainda assim, por ser a sétima maior economia do mundo (FMI, 2013), o Brasil possui a responsabilidade de investir na formulação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da mulher, com o intuito de melhorar a sua posição perante países do mesmo porte e atingir um desenvolvimento sustentável.

A desigualdade de gênero pode ser mensurada de diferentes maneiras. Sen (2001) a define como uma junção de diferentes dimensões, e não como um fenômeno homogêneo. Essa disparidade pode ser, por exemplo, desencadeada por vários fatores, como desigualdade na participação política, no acesso à educação e à saúde, de salários ou até mesmo na taxa de natalidade. Nesse contexto, surge a relevância da criação de um índice de desigualdade de gênero que contemple esses diferentes aspectos, baseado no desenvolvido por Ramos e Souza (2012).

Os objetivos deste trabalho consistem em analisar a evolução da desigualdade de gênero no Brasil entre 1997 e 2012 e em estudar a distribuição desta entre os estados brasileiros, dada a dimensão continental do país. Assim, será utilizada a abordagem econométrica de dados em painel para verificar como a desigualdade de gênero respondeu ao longo do tempo à globalização, ao desenvolvimento econômico, a medidas de bem-estar e à oferta de trabalho.

Os resultados mostram que, no Brasil, o aumento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) e do percentual de domicílios com acesso à televisão levam a um aumento da igualdade de gênero. Entretanto, dois resultados contraintuitivos obtidos foram que a diminuição da pobreza e maiores gastos do governo estadual reduzem a igualdade entre homem e mulher. Já o volume de comércio, a desigualdade de renda, a razão de dependência e o crescimento econômico não se mostraram relevantes para explicar a distribuição da desigualdade de gênero entre as unidades da federação brasileiras no período analisado.

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: a seção 2 contém uma revisão da literatura de desigualdade de gênero, concentrando-se nos fatores determinantes da desigualdade para diferentes países. A seção 3 descreve as bases de dados e a metodologia econométrica adotadas. Os resultados são analisados na seção 4 e, por fim, a seção 5 conclui o artigo apresenta recomendações para estudo futuros.

2. Revisão de Literatura

Na literatura nacional, há poucos trabalhos empíricos que estudam a desigualdade de gênero de forma ampla e a nível estadual no Brasil, uma vez que a maioria concentra-se em análises apenas

no mercado de trabalho. Madalozzo (2010) utiliza a metodologia de decomposição de Oaxaca para estudar o diferencial de salários entre homens e mulheres entre os anos 1978 e 2007. Os resultados mostram que, no geral, a remuneração das mulheres é mais baixa que a dos homens, quando controlada por características individuais, mas que essa desigualdade reduziu de 33% em 1987 para 15,4% em 2007.

Na mesma linha, Giuberti e Menezes-Filho (2005) também estudam a discriminação salarial entre homens e mulheres no Brasil e nos Estados Unidos entre 1981 e 1986. Concluem que, em ambos os países, houve uma redução da desigualdade salarial entre gêneros no período, mas que ainda há parte dessa desigualdade que não é explicada por características individuais, o que viria a caracterizar a discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho.

Ramos e Souza (2012) constroem um Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG) para comparar a desigualdade entre os diferentes estados brasileiros baseado no *Global Gender Gap Index (GGI)*, desenvolvido pelo Fórum Econômico Mundial. O índice é composto por quatro categorias diferentes - participação econômica, educação, poder político e saúde/sobrevivência. Replicado para o Brasil, o INDG foi calculado com base nos dados da PNAD do ano de 2009. Os autores concluem que os estados do Norte-Nordeste obtiveram melhores pontuações no índice do que os estados do Sul-Sudeste, indicando que a renda parece não ser um determinante direto de uma maior equidade de gênero. Assim, considerando o INDG como variável de interesse, o presente estudo propõe uma modelagem econométrica para verificar os determinantes da desigualdade de gênero no país.

Na literatura internacional, os principais trabalhos concentram-se em análises de regressões *cross-country* para explicar os causadores da desigualdade de gênero. O grande debate se dá acerca do papel que o desenvolvimento econômico exerce sobre a igualdade de gênero.

Dollar e Gatti (1999) concluem, por meio de uma análise com dados em painel com efeitos fixos, utilizando uma amostra de 100 países de 1960 a 1990, que aumentos na renda per capita de um país levam a uma redução da desigualdade de gênero, argumentando que há falhas de mercado que dificultam o investimento em garotas em países em desenvolvimento e que isso é geralmente superado na medida em que estes se desenvolvem. Na mesma linha, Gumbel (2004), utiliza uma amostra de países desenvolvidos e industrializados na tentativa de diminuir os efeitos da influência regional, religiosa e do regime político para concluir que uma maior renda per capita está associada a uma menor desigualdade de gênero. Além disso, assim como Dollar e Gatti (1999), mostra que desigualdade no acesso à educação relaciona-se forte e negativamente com altos níveis de Produto Nacional Bruto (PNB) per capita.

Por outro lado, Seguino (2006) conclui que crescimento econômico, num cenário recente de globalização, não levou à maior equidade de gênero em países da América Latina e da região do Caribe com dados de 1970 a 2000. A autora foca em indicadores relativos de desigualdade, como a taxa de analfabetismo de homem com relação à mulher, a taxa de fertilidade relativa e a proporção feminina na força de trabalho. Essas variáveis foram consolidadas num índice que mensura o nível de equidade no bem-estar dos diferentes países da amostra e que é a variável analisada no seu modelo, analogamente ao que será feito com o INDG neste trabalho. Assim, apesar de mostrar que crescimento econômico não foi responsável por uma melhora na desigualdade de gênero, a autora argumenta que os gastos governamentais, como um mecanismo de redistribuição de renda por meio de dispêndios com políticas sociais, influenciaram positivamente o bem-estar das mulheres.

Há também alguns estudos que analisam os impactos da globalização na desigualdade de gênero. Os resultados mostram, no geral, que os efeitos da liberalização comercial podem variar de acordo com o nível de desenvolvimento dos países, uma vez que países emergentes e desenvolvidos possuem diferentes estruturas sociais, econômicas e institucionais.

Balioune-Lutz (2006), utilizando uma amostra de países africanos, mostra que a abertura comercial levou a um aumento da desigualdade de gênero. Isso porque uma maior abertura leva a um aumento da oferta de trabalhadores não qualificados, elevando a desigualdade. Já Oostendorp (2004) examina a desigualdade salarial entre homens e mulheres desde o início do processo de

globalização em países em desenvolvimento. A autora encontra que os efeitos da maior abertura comercial e de maiores fluxos de investimento estrangeiro direto sobre a desigualdade de gênero são incertos.

Juhn, Ujhelyi e Villegas-Sanchez (2013) analisam quais os impactos do NAFTA, acordo comercial entre México e Estados Unidos, na desigualdade salarial entre homens e mulheres no México. Concluem que uma redução das tarifas devido à implementação do NAFTA induz as firmas mais produtivas a modernizar suas tecnologias e a entrar no mercado de exportação e, com isso, o salário relativo e a empregabilidade cresce entre as mulheres que compõem a força de trabalho operária, mas não afeta as que trabalham em cargos administrativos.

Arora (2012) verifica quais os impactos da globalização e do desenvolvimento econômico na desigualdade de gênero para os diferentes estados da Índia. O autor mostra que, ao mesmo tempo em que estados com elevada renda per capita possuem baixa desigualdade de gênero, há também alguns estados em que uma alta renda per capita coincide com alta desigualdade, de modo que renda elevada não parece ser determinante para equidade de gênero. Com relação à globalização, o estudo mostra que a maioria dos estados com alto grau de abertura possui desigualdade alta. Estas conclusões baseiam-se em análises de correlações entre as variáveis, uma vez que o autor não propõe uma abordagem econométrica para verificar a relação entre as variáveis.

3. Metodologia

3.1 Variável Dependente

O Índice Nacional de Desigualdade de Gênero (INDG), como dito anteriormente, será a variável de interesse do nosso modelo. Baseado em Ramos e Souza (2012), o índice divide-se em quatro categorias - Participação Econômica, Educação, Poder Político e Saúde/Sobrevivência. A principal base de dados utilizada para a construção do índice foi a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) para os anos 1997, 2002, 2007 e 2012, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Somente as variáveis referentes à dimensão Poder Político e Saúde/Sobrevivência foram calculadas, respectivamente, com informações disponibilizadas no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do IBGE.

Para o cálculo das dimensões Participação Econômica e Oportunidades e Educação, os micro dados das PNADs foram desagregados por unidade da federação e sexo, ponderados pelo respectivo peso amostral, de modo que somente para a primeira dimensão foram considerados apenas indivíduos com mais de 16 anos.

Na categoria Saúde e Sobrevivência, assim como no *Global Gender Gap Index* (GGI) desenvolvido pelo Fórum Econômico Mundial, o INDG estabelece marcos de igualdade de 0,94 e 1,06 para os subíndices nascimento e expectativa de vida respectivamente. Isto é, se a razão entre o número de nascimentos de meninas e de meninos for igual a 0,94, esta será normalizada para 1.

Na dimensão Poder Político, foram feitas duas alterações na metodologia com relação ao INDG desenvolvido por Ramos e Souza (2012). Primeiramente, por indisponibilidade de dados, não consideramos a razão entre a quantidade de mulheres e homens secretários de estados. Além disso, atribuímos 1 caso fosse uma governadora (ou senadora) e 0 caso contrário. Em alguns anos, porém, havia dois senadores por estado, então caso fosse um homem e uma mulher, a variável assumia 0,5. Por fim, foi feita a média aritmética entre a razão mulher/homem senador e mulher/homem governador para se chegar ao último subíndice (Razão entre a quantidade de mulheres e homens governadores ou senadores).

Para se chegar ao valor final de cada dimensão, foi feita a média aritmética de cada subíndice. Analogamente, para obter o INDG total por estado, também foi feita a média de cada dimensão. Importante ressaltar que, como se trata da razão mulher/homem, quanto mais próximo de 1 for o INDG, maior é a igualdade de gênero.

3.1 Variáveis explicativas

Com relação às variáveis explicativas do modelo, elas também se subdividem em quatro categorias: desenvolvimento econômico, globalização, bem-estar e oferta de trabalho. Como *proxy* para o desenvolvimento econômico, consideramos o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de cada unidade da federação. Os dados do PIB de cada estado foram coletados na base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipeadata) para os anos de 1995, 2000, 2005 e 2010, que é o último ano disponível. Eles foram, então, deflacionados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por fim, calculou-se a taxa de crescimento do PIB em cinco anos, de modo que essa variável entrou com uma defasagem de dois anos no modelo. Essa defasagem foi utilizada para evitar o problema de endogeneidade entre crescimento econômico e desigualdade de gênero, uma vez que o objetivo é fazer uma análise causal consistente.

Para globalização, utilizamos três *proxies*: o fluxo de investimento estrangeiro direto (IED), o volume de comércio e o percentual de domicílios com acesso à televisão para cada estado. O IED foi coletado no Censo de Capitais Estrangeiros do Banco Central do Brasil para os anos 1995, 2000, 2005 e 2010 e deflacionado pelo índice de preços dos EUA, uma vez que a variável encontra-se em dólar. Assim como o crescimento do PIB, o IED será utilizado com uma defasagem de dois anos no modelo. Também foi utilizado o volume de comércio, que consiste na soma de exportações e importações como proporção do PIB (EX+IM/PIB). Os dados de comércio exterior foram coletados na plataforma Alice Web do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Por se encontrarem em dólar, os valores de exportação e importação foram convertidos em real à taxa de câmbio vigente no final do período, obtida no site do Banco Central do Brasil, para depois serem divididos pelo valor do PIB de cada estado. Por fim, utilizamos o percentual de domicílios que possuem televisão, calculado por meio dos microdados da PNAD, para captar o acesso à informação nos diferentes estados brasileiros.

Como medidas de bem-estar, foram escolhidos a taxa de extrema pobreza, o coeficiente de Gini e os gastos correntes do governo. Todas essas variáveis foram coletadas por unidade da federação no Ipeadata para os anos 1997, 2002, 2007 e 2012. A linha de extrema pobreza considerada para o cálculo da taxa pelo IBGE é uma estimativa do valor monetário de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da Organização da Comida e Agricultura (FAO na sigla em inglês) e da Organização Mundial da Saúde (OMS) e, portanto, varia entre os estados. O coeficiente de Gini consiste numa medida do grau de concentração de distribuição de renda, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até 1 (desigualdade máxima). Os gastos correntes do governo são as despesas correntes do governo do estado deflacionados pelo IPCA.

Para medir a oferta de trabalho, utilizamos a razão de dependência. Essa medida, pela definição do IBGE, consiste na razão entre a população considerada inativa (entre 0 e 14 anos e mais de 65 anos de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). Essa variável foi calculada por meio dos micro dados da PNAD para os anos 1997, 2002, 2007 e 2012.

A tabela 1 contém a descrição das variáveis explicativas utilizadas neste trabalho, o sinal esperado dos coeficientes e outros artigos em que essas variáveis foram usadas.

Tabela 1 – Descrição das variáveis explicativas e seus efeitos esperados

Variável explicativa	<i>Proxy</i>	Efeito esperado	Fonte
Globalização	Investimento estrangeiro direto		
	EX + IM / PIB	Incerto	Oostendorp (2004); Balamoune-Lutz (2006); Juhn, Ujhelyi, e Villegas-Sanchez (2013)
	Percentual de domicílios com televisores		
Bem-estar	Percentual de pessoas vivendo abaixo da linha da extrema pobreza	+	Seguino (2006)

	Índice de Gini		
	Gastos do Governo		
Oferta de trabalho	Razão de Dependência	+	-
Desenvolvimento Econômico	Crescimento do PIB	Incerto	Dollar and Gatti (1999); Gumbel (2004); Arora (2012)

Fonte: elaboração própria.

Uma regressão com dados em painel foi utilizada para analisar os impactos das variáveis explicativas na igualdade de gênero no Brasil ao longo do tempo. A aplicação desta metodologia é importante, pois possibilita o estudo de um mesmo estado brasileiro ao longo do tempo (anos 1997, 2002, 2007 e 2012), permitindo encontrar o efeito das especificidades e características invariantes de cada unidade da federação, i.e., o efeito fixo. Desse modo, a investigação dos determinantes da desigualdade de gênero nos diferentes estados do Brasil pode ser resumida na seguinte equação:

$$INDG_{it} = \alpha + c_i + \beta_1 \cdot \ln(IED_{it-2}) + \beta_2 \cdot \ln\left(\frac{EX+IM}{PIB}_{it}\right) + \beta_3 \cdot TV_{it} + \beta_4 \cdot Pobreza_{it} + \beta_5 \cdot Gini_{it} + \beta_6 \cdot \ln(Gastos\ do\ Governo_{it}) + \beta_7 \cdot Razão_{it} + \beta_8 \cdot Crescimento_{it-2} + \delta z_t + \varepsilon_{it}$$

A variável dependente é o INDG do estado i no ano t , enquanto globalização, bem-estar, oferta de trabalho e desenvolvimento econômico são medidas pelos regressores descritos na Tabela 3 para cada estado i no ano t ou $t - 2$, z_t denota as *dummies* de tempo (variáveis binárias que designam cada ano da amostra). c_i é o efeito específico não observável de cada estado (efeito fixo), e ε_{it} é o termo de erro idiossincrático.

As variáveis *dummy* foram incluídas no modelo para cada ano da amostra a fim de controlar pelo efeito específico de cada ano comum a todas as unidades da federação – o ano 1997 é o ano de referência. Essas variáveis são importantes, uma vez que controlam pelo efeito de variações no INDG devido a algum choque que afete a economia brasileira como um todo.

4. Resultados

4.1 Análise Descritiva

A distribuição do INDG entre os estados brasileiros no ano de 2012 pode ser observada na Figura 1. Os estados foram separados em quartis amostrais, dividindo as unidades da federação brasileiras em quatro grupos: menor do que 0,695 (estados com menor igualdade de gênero), entre 0,695 e 0,708, entre 0,708 e 0,726 e maior que 0,762 (estados com maior igualdade de gênero). Para descrever as características da amostra, a Tabela 2 contém uma análise descritiva dos dados. Na média, observa-se uma queda do INDG, que passou de 0,68 em 1997 para 0,72 em 2012. Também é possível verificar que o INDG varia consideravelmente de um estado para o outro. Os estados do Norte e Nordeste, no geral, possuem um melhor desempenho no índice, de modo que o valor máximo do INDG na amostra, 0,85, corresponde ao estado do Rio Grande do Norte em 2007. Por outro lado, os estados do Sul e Sudeste apresentam piores resultados para o INDG, com o estado de Santa Catarina apresentando o menor valor da amostra, 0,64, em 1997 e 2002. Portanto, analogamente ao concluído por Ramos e Souza (2012), renda não parece ser um fator determinante para uma maior equidade de gênero.

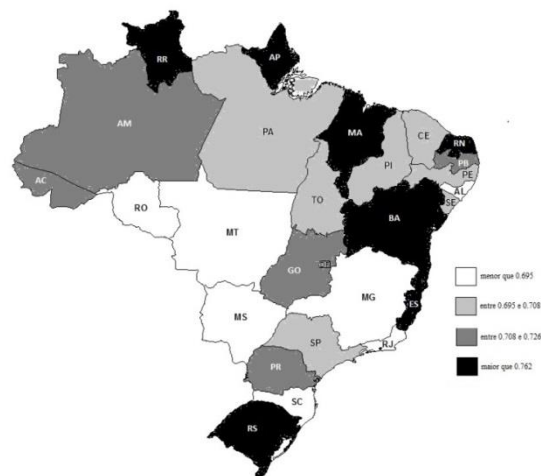


Figura 1 – Distribuição do INDG entre os estados brasileiros em 2012.

Fonte: elaboração própria.

Na média, as variáveis utilizadas como *proxy* para globalização mostraram um avanço considerável no período analisado, porém variam significativamente entre as unidades da federação. Tanto o IED, como a razão de exportações mais importações pelo PIB e a proporção de domicílios com acesso a televisores possuem melhores resultados nas regiões mais desenvolvidas do país, com exceção do Paraná, que possui baixíssimo coeficiente de abertura comercial e do Amazonas, que apresenta alto valor para o mesmo. São Paulo corresponde ao valor máximo da amostra em todas essas variáveis para todos os anos em análise, enquanto estados como Tocantins, Acre e Roraima figuram entre os mínimos.

Tabela 2 – Análise descritiva das variáveis explicativas.

Variável	Ano	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo	Observações
Índice Nacional de Desigualdade de Gênero	1997	0,68	0,04	0,64	0,78	27
	2002	0,68	0,03	0,64	0,77	27
	2007	0,71	0,04	0,64	0,85	27
	2012	0,72	0,04	0,67	0,81	27
	Total	0,70	0,04	0,64	0,85	81
IED (mil US\$)	1995	1.127,64	3.917,00	0	20.251,25	27
	2000	3.145,85	10.915,42	0,51	56.132,72	27
	2005	5.663,24	17.371,79	4,07	82.285,35	27
	2010	3.811,57	13.225,31	0,62	68.011,36	27
	Total	189,91	358,99	0	2.775,37	81
(Exportações + Importações)/PIB (%)	1997	9,84	10,67	0,23	42,99	27
	2002	18,42	17,51	0,24	67,23	27
	2007	13,68	11,32	0,11	39,64	27
	2012	20,90	17,33	0,34	52,94	27
	Total	15,71	14,33	0,11	67,23	81
Domicílios com TV coloridas (%)	1997	67,5	14,32	38,65	92,23	27
	2002	81,09	9,99	60,45	96,29	27
	2007	90,64	5,27	78,75	98,64	27
	2012	95,83	2,22	91,16	98,97	27
	Total	83,77	8,02	38,65	98,97	81
Pessoas vivendo abaixo	1997	19,16	12,41	4,87	44,98	27

da linha da extrema pobreza (%)	2002	17,39	9,99	3,44	36,03	27
	2007	11,61	7,40	1,55	23,85	27
	2012	6,28	4,18	1,40	17,71	27
	Total	13,61	10,25	1,40	44,98	81
	1997	0,58	0,04	0,44	0,63	27
Índice de Gini	2002	0,57	0,03	0,47	0,63	27
	2007	0,54	0,04	0,46	0,61	27
	2012	0,52	0,04	0,42	0,61	27
	Total	0,55	0,04	0,42	0,63	81
	1997	594,990	956,78	43,97	4.888,10	27
Gastos do governo (mil R\$)	2002	2.446,68	3.986,24	217,55	10.130,60	27
	2007	6.959,77	10.526,53	653,38	52.117,14	27
	2012	16.167,47	24.498,41	1.748,17	126.050,05	27
	Total	6.542,23	14.609,20	43,97	126.050,05	81
	1997	0,63	0,09	0,48	0,81	27
Razão de dependência	2002	0,56	0,07	0,46	0,68	27
	2007	0,52	0,07	0,41	0,66	27
	2012	0,48	0,05	0,41	0,61	27
	Total	0,59	0,04	0,41	0,81	81
	1995	18,59	15,66	-33,8	41,38	27
Crescimento do PIB (% em 5 anos)	2000	21,32	11,53	-1,35	46,73	27
	2005	42,26	27,41	10,65	134,19	27
	2010	41,48	7,52	20,14	56,20	27
	Total	30,91	20,26	-33,8	134,19	81

Fonte: Elaboração própria

As medidas de bem-estar também evoluíram bastante entre 1997 e 2012. O índice de Gini passou, na média, de 0,58 para 0,52, apontando para uma queda da desigualdade de renda no país. Os estados menos desiguais concentram-se nas regiões Sul-Sudeste do Brasil, como Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul, enquanto aqueles com uma maior disparidade de renda localizam-se no Norte-Nordeste, como Alagoas, Sergipe e Maranhão. Os gastos do governo apresentaram a maior variação no período, passando, na média, de R\$594,9 mil em 1997 para R\$16.167,47 em 2012. Novamente, os estados com os menores e maiores gastos são aqueles das regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste respectivamente.

A razão de dependência diminuiu no período, passando de 0,63 em 1997 para 0,48 em 2012, indicando um aumento da oferta de trabalho. Por unidade da federação, observa-se uma forte queda na razão de dependência, de modo que o valor máximo foi de 0,81 em 1997 para 0,61 em 2012 (ambos no estado do Maranhão), e o mínimo passou de 0,48 em 1997 (Rio de Janeiro) para 0,41 em 2012 (Santa Catarina).

Com relação ao desenvolvimento econômico, mensurado pelo crescimento percentual do PIB em 5 anos, observa-se, na média, um aumento de mais de 100% deste (avançou de 18,59% em 1995 para 41,48% em 2010). A distribuição deste entre as regiões brasileiras acontece de modo bastante heterogêneo, com anos em que estados como Tocantins, Roraima e Mato Grosso foram os que mais cresceram, enquanto em outros anos os mesmos estados foram os que menos cresceram.

4.2 Análise Econométrica

A Tabela 4 contém os estimadores por efeitos aleatórios do modelo descrito anteriormente.

Dentre as variáveis utilizadas como *proxy* para globalização, o investimento estrangeiro direto e o percentual de domicílios com acesso à televisão mostraram-se estatisticamente significantes para explicar a distribuição da desigualdade de gênero entre os estados brasileiros, além de indicar que aumentos nessas variáveis diminuem a desigualdade de gênero. Entretanto, não há evidências estatísticas para afirmar que a soma de exportações e importações pelo PIB é relevante para explicá-la. No geral, os resultados mostram que estados mais globalizados são mais

avançados quanto à igualdade entre os sexos, enquanto a literatura analisada mostra que esses efeitos são incertos. Isso ocorre possivelmente porque maiores níveis de globalização eleva a conscientização da população sobre a importância da igualdade, além de fomentar a economia, gerando mais empregos, por exemplo.

Tabela 4 - Resultados da estimação por efeitos aleatórios e GMM

Variável dependente: INDG			
Dimensão	Variável explicativa	p-valor	(erro padrão)
Globalização	Ln (IED)	0,003**	(0,002)
	Ln (EX+IM/PIB)	1,349	(0,001)
	TV	0,062***	(0,023)
Bem-estar	Pobreza	0,133*	(0,075)
	Gini	0,1407	(0,138)
	Ln (Gastos do governo)	-0,011***	(0,003)
Oferta de trabalho	Razão	-0,081	(0,078)
Desenvolvimento Econômico	Crescimento	-0,013	(0,001)
<i>Dummies</i> de tempo	<i>Dummy</i> 2002	0,013***	(0,001)
	<i>Dummy</i> 2007	0,054*	(0,012)
	<i>Dummy</i> 2012	0,078*	(0,016)
	Constante	0,699*	(0,147)
	R^2		0,320
	Observações		107

Nota: *** Significante a 1%; ** Significante a 5%; * Significante a 10%; erros padrão robustos entre parênteses.
Fonte: Elaboração própria.

Dentre as variáveis que mensuram o bem-estar de um determinado estado, maiores gastos do governo estadual e um maior percentual de pessoas vivendo sob extrema pobreza aumentam a desigualdade de gênero, enquanto o índice de Gini não se mostra estaticamente significativo. Os resultados vão de encontro àqueles encontrados na literatura (Seguino 2006). Uma possível explicação é que a diminuição da pobreza verificada no Brasil no período analisado se deve em grande parte à expansão dos programas sociais, como o Bolsa Família (em sua maioria concedido a mulheres), que elevam o custo de oportunidade de trabalhar e, portanto, reduzem a entrada da mulher no mercado de trabalho.

A oferta de trabalho, mensurada pela razão de dependência, não se mostra estatisticamente relevante para explicar a desigualdade de gênero no Brasil. Ainda assim, o sinal do coeficiente indica que quanto maior a razão de dependência (i.e. menor a oferta de trabalho), menor o INDG (i.e. maior a desigualdade de gênero), mas não se pode afirmar tal conclusão.

O desenvolvimento econômico, medido pelo crescimento percentual do PIB em 5 anos, parece ter aumentado a desigualdade de gênero entre os estados brasileiros de 1997 a 2012, uma vez que seu coeficiente é negativo. Esse resultado está de acordo com aquele encontrado por Seguino (2006) para os países da América Latina e Caribe. Porém o coeficiente do crescimento no modelo estimado se mostra estatisticamente insignificante.

As *dummies* de tempo, utilizadas para controlar por efeitos que afetam a desigualdade de gênero, mas que não são capturados pelas variáveis explicativas, indicam que a desigualdade de gênero no Brasil declinou no período analisado (i.e. que o INDG aumentou entre 1997 e 2012).

5. Conclusão

Este estudo aplicou a metodologia de dados em painel para analisar os determinantes da distribuição da desigualdade de gênero, mensurada pelo INDG, entre os diferentes estados brasileiros no período de 1997 a 2012. Os resultados das estimações por efeitos aleatórios e pelo

método dos momentos generalizados mostram que a globalização, medida pelo investimento estrangeiro direto, pela soma de exportações e importações pelo PIB e pelo percentual de domicílios com televisores reduzem a desigualdade de gênero. Por outro lado, as medidas de bem-estar (percentual de pessoas vivendo abaixo da linha da extrema pobreza, índice de Gini e gastos do governo estadual) elevam a desigualdade entre os sexos. As variáveis que mensuram a oferta de trabalho e o desenvolvimento econômico não são estatisticamente relevantes para explicar a distribuição da desigualdade de gênero entre os estados brasileiros.

Uma importante contribuição deste trabalho foi analisar a evolução da desigualdade de gênero no Brasil entre 1997 e 2012 por meio da construção de um índice que engloba diferentes dimensões em que há desigualdade de gênero. Além disso, foram analisados os determinantes dos diferentes níveis de desigualdade de gênero existente entre os estados brasileiros, algo que ainda não existia na literatura.

Apesar da queda da observada, a desigualdade de gênero no Brasil continua em níveis elevados. Portanto, é importante incentivar a formulação de políticas públicas que promovam a igualdade nos direitos de liberdade e de oportunidades entre elas e os homens, levando o Brasil ao desenvolvimento sustentável e a níveis de igualdade de gênero compatíveis com um país de seu porte econômico.

Referencias Bibliográficas

ARORA, R. (2012). Gender Inequality, Economic Development, and Globalization: a State Level Analysis of India. **The Journal of Developing Areas**, v. 46, n. 1, p. 148-164.

BANCO MUNDIAL (2014). Disponível em <http://www.worldbank.org/mdgs/gender.html>.

BALIAMOUNE-LUTZ, M. (2006). Globalisation and Gender: Is Africa Different? **Journal of African Economies**, v. 16, n. 2, p. 301-348.

DOLLAR, D.; & GATTI, R. (1999). Gender Inequality, Income, and Growth: Are Good Times Good for Women? **Policy Research Report on Gender and Development: Working Paper Series**, n.1, Washington DC: World Bank.

FMI (2013). World Economic Outlook Database. Fundo Monetário Internacional.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL (2013). **Global Gender Gap Report**.

GIUBERTI, A.; MENEZES-FILHO, N. (2005). Discriminação dos rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, v.9, n.3, p.369-383.

GUMBEL, D. (2004). The Influence of Gender Inequality on Economic Growth. Disponível em http://david-gumbel.de/uploads/media/Ausarbeitung_Seminar_Wirtschaftsgeschichte_Gender_Inequality.pdf

JUHN, C.; UJHELYI, G.; VILLEGAS-SANCHES, C. (2013). Trade Liberalization and Gender Inequality. **American Economic Review**, v.13, n. 3, p.269-273.

KNOWLES, S.; LORGELLY, P.; OWEN, P (2002). Are educational gender gaps a brake on economic development? Some cross-country empirical evidence. **Oxford Economic Papers**, v. 54, p.118-149.

MADALOZZO , R (2010). Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil: an empirical analysis. **Economia aplicada**, v. 14, n. 2, p.147-168

OOSTENDORP, R. H. (2004). Globalization and the Gender Wage Gap. **World Bank Policy Research Working Paper**, n. 3256, Washington DC: World Bank.

RAMOS, C; SOUZA, L (2012). A Mensuração da Desigualdade de Gênero: um Índice para os Estados Brasileiros. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5731/1/2012_LuisaCardosoGuedesdeSouza.pdf

SEGUINO, S. (2006). The great equalizer? Globalization effects on gender equality in Latin America and the Caribbean. **Munich Personal Research Paper in Economics Archive**, n. 6509.

SEN, A (2001). Many Faces of Gender Inequality. **Frontline**, v. 18, n. 22, p.35-40.

UNDP (2011). Human Development Reports: Gender Inequality Index. Disponível em <http://hdr.undp.org/en/statistics/gii/>

UNFPA (2014). Disponível em: <http://www.unfpa.org/gender/>

WEICHSELBAUMER e WINTER-EBMER (2005). A Meta-Analysis of the International Gender Wage Gap. **Journal of Economic Surveys**, v. 19, n. 3, p.479-511.